

Ideologia Pragmática na Gestão da Educação Superior – Perspectiva de Docentes em Instituição Privada de Ensino.

Autoria: Rita de Cássia Ramalho Rocha, Jorge Luiz Coimbra de Oliveira, Maria Berenice Alho da Costa Tourinho

Resumo: O referido artigo envolve estudo sobre a Ideologia Pragmática na Gestão das Instituições de Educação Superior - IES, em que a dinâmica acadêmica é orientada pela ênfase na eficácia do ensino e controle dos resultados. Tem como finalidade conhecer a reação dos docentes do curso de graduação em administração em instituição privada sobre a racionalidade aplicada à produção de conhecimento útil ao mercado, assim como a orientação humanista voltada para o pensamento crítico e reflexivo com conhecimento descomprometido com a lógica de mercado. Partindo de estudo teórico-metodológico em pesquisa bibliográfica, foi desenvolvida experimentação que favoreceu estudo de caso com enfoque quanti-qualitativo por meio da aplicação de formulários via internet, estruturados com base no método dedutivo, a partir do qual se coletou dados para construção desse artigo. Os principais resultados apresentam que os docentes acreditam num modelo híbrido de educação superior que valorize a utilidade do conhecimento em atendimento às necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, promova a capacidade crítica e reflexiva, embora rejeitem o caráter econômico para gestão das IES.

Introdução

Já é amplamente sabido que na sociedade do conhecimento, com respectiva desmaterialização da economia, a educação superior ocupa o cerne das discussões políticas e sociais. Tradicionalmente, consiste em lugar fértil para o desenvolvimento intelectual e produção de conhecimento, seja em relação aos aspectos humanos da formação ou aos aspectos técnicos profissionais. Nesse sentido as instituições de ensino superior – IES, imersas em profundas tensões, ao buscar atender às demandas sociais deparam-se com conflitos sobre a sua função e a quem deve dirigir seus esforços, se às necessidades dos indivíduos ou mercado, ou às necessidades dos indivíduos e mercado.

Embora pareça ingênuo identificar essas necessidades como antagônicas, as teorias hegemônicas apontam para um dilema fundamental na educação superior que é a dificuldade em conciliar as concepções divergentes para uma nova consciência acadêmica. É como se formação humanista e tecnicista fossem inversamente proporcionais, o que tem gerado posturas diferenciadas entre os agentes acadêmicos. No entanto, há de se considerar a relação necessária entre essas bases de formação.

[...] Uma consciência que, de um lado, se dá conta de que todas as ações acadêmicas no âmbito da pesquisa, da docência e da extensão tem dois sentidos básicos: um pragmático que reconhece a necessidade de produzir conhecimentos, de desenvolver tecnologia de ponta, de formar profissionais competentes para atuar na sociedade e de agilizar a transferência das conquistas acadêmicas para a sociedade e outro ético-político que exige responsabilidade ante o sentido social de todas essas ações. (SOBRINHO, 2005, p. 13)

As nações que se destacam como referência mundial em educação superior tem apresentado práticas de ensino que revelam uma conciliação desejável entre essas duas vertentes, o que sugere a pertinência de rever os pressupostos da educação superior e construir uma nova consciência acadêmica.

No entanto, no Brasil, ainda permanecem os conflitos relacionados à identidade das IES, que parecem não estar conseguindo conciliar a realidade diversa da educação superior, havendo,

claramente, uma tendência a sobrepor os interesses práticos da educação, a concepção de conhecimento útil e produto viável, sobre a função crítica e reflexiva da educação superior clássica. Os princípios de eficiência e eficácia que fundamentam os sistemas produtivos das grandes empresas invadem os espaços acadêmicos, muitas vezes conferindo ao ensino o caráter de mercadoria ou produto.

Instala-se mal estar nas IES, questiona-se a qualidade do ensino como formação maior ou apenas treinamento de mão-de-obra qualificada, na medida em que é atribuída importância secundária aos aspectos éticos e sociais da formação. A palavra de ordem é produção de conhecimento, produzir nos moldes dos demais sistemas produtivos, seguindo os princípios racionais acima de tudo. Essa tendência tem intensificado os conflitos relacionados ao ideário da educação superior e função do ensino na sociedade.

A crise na educação superior intensifica-se pela ideologia e tendências pragmáticas vigentes, colocando em pauta intensas discussões sobre as necessidades de reforma para melhoria do ensino. No entanto, a reforma da educação, antes defendida por grandes intelectuais pelo viés da autonomia universitária, hoje apresenta um formato estritamente econômico através de propostas desenvolvidas por profissionais ligados ao planejamento econômico do país, muito mais do que profissionais dedicados à vida acadêmica.

Visando o aprofundamento de reflexões sobre a realidade atual da educação superior no Brasil, esse estudo reúne como objeto de investigação a reação de docentes sobre o sentido pragmático que permeia o *ethos* acadêmico das IES, estruturadas pelo modelo de gestão administrada. Um aspecto relevante é a rápida evolução desse modelo, tanto nas IES públicas como, principalmente, nas IES privadas com fins lucrativos, compondo a maior parcela das instituições de ensino superior do Brasil atualmente.

No ano de 1996 essas instituições, distribuídas por categoria administrativa, apresentavam-se com 71,1% sendo privadas, responsáveis por 60,6% das matrículas existentes no país, e 28,9% sendo públicas, responsáveis por 30,4% das matrículas. Em pouco menos de 10 anos, no ano de 2005, a realidade apresentada demonstrava 89,33% das IES sendo privadas, responsáveis por 73,23% das matrículas existentes e 10,67% públicas, responsáveis por 26,77% das matrículas. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2007).

Mesmo considerando os pressupostos hegemônicos sobre educação superior que sugerem antagonismo entre humanismo e tecnicismo, cabe avaliar se os docentes acreditam ser pertinente que as IES acompanhem a tendência dos novos tempos, no sentido de conferir mais pragmatismo ao ensino superior, através de valores e ações que estruturam a gestão administrada marcada pela racionalidade e visão tecnicista do ensino superior.

Considerando os docentes como agentes fundamentais para a reprodução ou transformação dessa realidade do ponto de vista ideológico e prático, foi desenvolvida experimentação para avaliar a reação dos docentes sobre a pertinência da ideologia pragmática implícita na gestão administrada das IES?

Pretende-se que esse estudo possa contribuir para a redefinição de identidade da educação superior no Brasil, seja enfatizando o caráter utilitário do ensino, resgatando a formação humanista ou construindo um modelo que possa reunir de maneira satisfatória os diversos interesses que marcam o universo acadêmico.

Desafios e Paradoxos da Educação Superior

Nos dias atuais a educação superior do Brasil, semelhante às outras nações, passa por profundas transformações. Embora as IES, sobretudo as universidades públicas, procurem conservar seu caráter sólido e duradouro, o ritmo e a complexidade das mudanças sociais têm desestabilizado os tradicionais centros do saber. Novas demandas surgem a todo o momento e as instituições de ensino inquietam-se para adequar-se ao novo. Mas a que novo tem-se adequado?

No Brasil intensifica-se o estreitamento das relações entre as políticas de educação e políticas econômicas, sobretudo pelas propostas de reforma que visam adaptar o Estado brasileiro às exigências impostas pela nova forma de capital, racionalizadora e modernizadora. São desenhadas novas identidades e funções para as instituições de ensino, prevalecendo o caráter racional e pragmático. A educação é determinada, prioritariamente, por representantes de órgãos diversos ligados à economia. O ideário da autonomia universitária parece perder-se na praticidade das decisões econômicas. Órgãos supranacionais como o Banco Mundial definem a melhor estratégia para a educação de países emergentes como o Brasil.

Os críticos dessa concepção instrumental para educação sustentam o argumento de que as IES deveriam estar mais comprometidas com o desenvolvimento da sociedade e princípios da democracia do que fomentar as desigualdades sociais privatizando e restringindo o saber àqueles que têm poder para pagar as mensalidades. Além do que questionam a qualidade da formação, em estando comprometida essencialmente com as demandas do mercado, muito mais do que a pertinência social.

Numa analogia intrigante, Giannotti (1987) afirma que a universidade não é mais um espaço para a construção do saber, comparando a um supermercado que deve servir às classes médias e aos que lutam por um título, para lhe garantir uma profissão diversificando cursos e diplomas. Poucos acadêmicos desejam se dedicar ao ensino e pesquisa.

Seguindo essa analogia entre educação superior e supermercado, Chauí (2001, p. 113) aprofunda:

Se a universidade for um supermercado, então, nela entram os felizes consumidores, ignoram todo o trabalho contido numa aula, num seminário, numa dissertação [...] Recebem os conhecimentos como se estes nascessem a toques mágicos de varinhas de condão. E, no momento das provas, ou querem regatear os preços ou querem sair sem pagar ou abandonam os carrinhos com as compras impossíveis, xingando os caixas.

Lima in Silva Jr *et al* (2006, p.32) aponta a desresponsabilização do Estado pela educação superior como sendo impulsionada através do empresariamento das IES, abertura de novos cursos, imposição da lógica empresarial à formação profissional e redução das verbas públicas para o financiamento da educação nas instituições públicas. Acrescenta ainda que no ano de 2003 o governo brasileiro dedicou à dívida pública quase dez vezes o valor destinado à educação superior, proporção que não sofre alterações nos dias atuais. Faz referência à orientação política para privatização do ensino superior como sendo estratégia de governo que revela o descompromisso com a educação.

Pesquisas revelam que no período de 1996 a 2005 o número de IES no Brasil elevou-se de 922 para 2.165 instituições, revelando um crescimento de 134,8%. O número de cursos oferecidos elevou-se de 6.644 para 20.407, apresentando um crescimento de 207,1%. Concomitantemente, o número de matrículas, nesse mesmo período, elevou-se de 1.868.529 para 4.453.156, apresentando um crescimento de 138,3%. Atualmente, aproximadamente 90% dessas instituições são de categoria administrativa privada. (Inep, 2007).

A expansão da iniciativa privada e modelos racionais para gestão da educação superior são impulsionadas pela ideologia pragmática que marca a realidade. Entretanto, cabe pensar sobre o que pode ser considerado conhecimento útil ou conhecimento inútil? Tal dilema parece esbarrar numa retórica que o próprio mercado é incapaz de definir, visto que num mundo de mudanças velozes torna-se impossível prever o perfil de um profissional para daqui a poucos anos. Os perfis desejados sofrem alterações constantes mediante as oscilações do mercado e avanço tecnológico e o ensino superior parece não acompanhar essas mudanças.

Entretanto, aponta-se orientação voltada para a racionalidade, impulsionada pela necessidade de mudanças em atendimento ao mercado. Há grande expansão das IES privadas com fins lucrativos que adotam modelos administrativos em sua gestão, semelhantes aos modelos aplicados nas grandes empresas, como forma de garantir a eficácia, aumentar a competitividade, superar a concorrência e oferecer um produto que atenda às especificações do mercado entre outras vantagens.

Para *Sguissardi* (2000, p.60): “A subsunção pelo econômico e a aproximação identitária das IES ao modelo das empresas prestadoras de serviços, conduzem a novas formas de organização e gestão em um contexto de rápido adensamento dos aspectos mercantis e competitivos desse setor [...]”, o que tem sido palco de profundas discussões e conflitos acerca do sentido da educação superior.

De acordo com o pensamento de *Coggiola* (1998), a crise universitária, em nível internacional, tem seu fundamento na massificação do ensino universitário que se iniciou após a segunda guerra mundial, cujas razões encontravam-se na necessidade de qualificação de mão-de-obra do capital em expansão, transformando as universidades em “fábricas de diplomas” voltadas para o atendimento das necessidades do mercado ora em expansão. Tal pensamento suscita a idéia de que o princípio da universalização do ensino superior, apresentados pelos defensores da educação como bem público, e, portanto, direito de todos, caminha no sentido da banalização.

A crise que se instala na educação superior intensifica as reivindicações por uma reforma que se arrasta há décadas, pela própria natureza da dinâmica acadêmica que deve construir e reconstruir sua realidade continuamente.

Atualmente, a reforma da educação superior tem demonstrado clara aproximação com as políticas de Estado mínimo, em que os governos argumentam não serem capazes de atender à grande demanda pela formação superior, adotando medidas e políticas de expansão através da liberalização do ensino. Isso contribui para a grande explosão das instituições privadas de ensino superior, restando ao Estado o dever de regular, supervisionar e avaliar o ensino. A tendência à privatização reforça a idéia de que as instituições privadas podem atender às demandas do mercado com mais agilidade, obedecendo ao ideário de flexibilidade e competitividade e conferindo maior eficácia ao ensino.

Chauí (2001) apresenta a reforma universitária do Brasil como tendo surgido a partir de 1968, impulsionada pela crise estudantil e sob a proteção do Ato Institucional n. 5 do Decreto n. 477 de 1969, que definia os tipos de crimes e punições correspondentes a qualquer tipo de manifestação no âmbito das universidades tida como subversiva. Teve como base o Relatório Atacon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968).

O primeiro, de acordo com Mata (2005), envolve estudo desenvolvido pelo professor norte-americano *Rudolph P. Atcon*, que propõe a privatização do ensino superior visando transformá-lo em instrumento impulsionador do desenvolvimento sócio-econômico do país. Concomitantemente, atenderia às demandas de ascensão e prestígio sociais da classe média, possibilitando a elevação do número de cidadãos graduados, o que é definido pela autora como “exército de reserva” diplomado e sem emprego. Embora ideologicamente a reforma fosse uma luta de estudantes e professores, o governo assume a liderança para assegurar o controle e a ordem.

O segundo, na concepção de Mata (2005), resultou de estudo desenvolvido por uma comissão de militares na busca de soluções para a retirada dos estudantes do movimento esquerdista. Entre outros aspectos, sugeria a implantação de um sistema universitário nos moldes administrativos das empresas privadas, o que facilitaria o controle pelo Estado das contestações ora em ebulição. Para isso escolheria os dirigentes para as universidades no meio empresarial, desvinculados do corpo técnico-científico e docente.

Nos anos 90, de maneira mais efetiva, a educação superior passa a integrar interesses políticos de reestruturação do ensino, movidos pela tendência às ações que visam a Reforma do Estado, sob a influência do modelo administrativo neoliberal e declínio do Estado de Bem-Estar. Nesse período, destaca-se a elaboração de um estudo desenvolvido pelo Banco Mundial, que deu origem ao documento intitulado: *The Financing and Management of Higher Education: a status reports on worldwide reforms*, publicado em 1998.

A literatura vigente e mais influente sobre reforma universitária no Brasil aponta a grande influência do documento do Banco Mundial sobre as atuais propostas e ações de mudanças no ensino superior do Brasil. Iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso e seguindo a mesma orientação no governo Lula da Silva, a reforma foi coordenada pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, que divulgou, extra-oficialmente, um relatório final em dezembro de 2003, sugerindo que fosse realizada uma reforma universitária mais profunda. (OTRANTO, 2006, p. 43)

De maneira semelhante às propostas do Banco Mundial, a reforma possui como pano de fundo, entre outros aspectos, a ênfase na racionalidade e eficiência do sistema de ensino superior, já proposta durante o regime militar e que, agora, ganha maior ênfase pela consolidação da economia de mercado e ideologia neoliberal. Envolve mudanças orientadas para as ações de expansão e diversificação do ensino superior (ampliação de vagas para estudantes, educação profissional, ensino à distância); redução das despesas por estudante na relação custo-benefício; orientação do ensino para o mercado e em sintonia com as exigências sobre o perfil profissional desejado; busca de receitas não-governamentais para as instituições públicas, alcançadas, sobretudo, através de financiamentos e parcerias entre a iniciativa privada e as universidades; demanda por maior qualidade e eficiência do ensino; aperfeiçoamento dos sistemas de controle diversos que estabeleçam critérios objetivos de desempenho e mensuração dos resultados alcançados pela instituição.

São predominantes na literatura, as concepções que ressaltam as limitações e disfunções das mudanças aplicadas no ensino superior a partir de uma orientação baseada na racionalidade e eficiência, semelhantes à lógica dos mercados.

Transfigurar a universidade para que não seja mais a guardiã do saber organizado a ser transmitido como informação, adestramento e disciplina, mas incapaz de empregar seus próprios recursos intelectuais para debater a responsabilidade ética da ciência e da técnica por ela mesma cultivada e de reformular a ordem social. Transfigurar a sociedade a fim de que assegure a todos educação e trabalho e, sobretudo, não condene ninguém a vender talento e habilidades a quem possa converter em lucro, em benefício de uma minoria. (RIBEIRO, 1975, p.7)

Se, outrora, a escola foi o lugar privilegiado para a reprodução da estrutura de classes, das relações de poder e da ideologia dominante, e se, na concepção liberal, a escola superior se distinguia das demais por ser um bem cultural das elites dirigentes, hoje, com a reforma do ensino, a educação é encarada como adestramento de mão-de-obra para o mercado. Concebida como capital é um investimento e, portanto, deve gerar lucro social. (CHAUÍ, 2001, p. 52):

Outro paradoxo que se instala comumente nas IES, de acordo as concepções hegemônicas contrárias a idéia de uma universidade racional, diz respeito à existência de dois universos incompatíveis, que Chauí (2001) define como sendo, em termos sociológicos a oposição entre as ciências humanas (orientadas para a reflexão) e um outro universo, tecnocrático (orientado para o mercado). No entanto, considera-se importante ponderar essa concepção paradoxal, na medida em que as IES constituem-se como estruturas dinâmicas, sendo fundamental ao seu desenvolvimento a capacidade de conceber essas diferentes realidades enquanto subsistemas de um mesmo organismo e, portanto, interdependentes. Considera-se pertinente a concepção de que:

É um falso dilema na medida em que um humanismo não fundamentado na ciência não é, de forma alguma, um humanismo. Como se fosse imperativa uma opção entre humanismo definido como a atitude de honrados do saber humano e a mediocridade de pessoas apenas preocupadas com coisas práticas, inclusive as experiências científicas e tecnológicas. (RIBEIRO, 1975, p.137)

Além disso, ao considerar que a função maior da educação superior é atender às demandas sociais, cumprir a sua função social, deve-se respeitar o que os acadêmicos esperam da formação e o que a sociedade necessita. Não é arbitrário inferir que os aspectos práticos da formação, aquilo que pode traduzir-se em desenvolvimento tanto pessoal como social, invariavelmente, constituem grande parte dessas expectativas. Portanto, o pragmatismo aplicado ao ensino superior pode ser mecanismo que favorece o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, pode levar as IES ao cumprimento do seu papel social.

A Instituição de Ensino Superior

A experimentação foi realizada em instituição de ensino superior de caráter privado e com fins lucrativos, envolvendo, prioritariamente, docentes do curso de graduação em Administração. A referida instituição atua na área de ciências humanas aplicadas e

tecnológicas há oito anos, oferecendo cursos de graduação em Administração, Pedagogia e Sistemas de Informação. E curso de pós-graduação, especialização em gestão estratégica financeira e educação especial. Há predominância de matrículas no curso de administração e o referido curso envolve o maior número de docentes da instituição.

Metodologia

A experimentação teve enfoque quanti-qualitativo, desenvolvida por meio de estudo de caso. Contempla a avaliação da reação dos docentes sobre a ideologia pragmática que permeia a gestão das Instituições de Ensino Superior, envolvendo as evidências através de observações e aplicação de formulário de pesquisa.

Inicialmente foram selecionados os referenciais teóricos que embasam o estudo da educação superior no Brasil. Na seqüência, foi selecionada a amostra de conveniência, definindo o universo dos 53 docentes que integram a IES nos cursos de graduação em Administração, Pedagogia e Sistemas de Informação, para elaboração do instrumento de pesquisa

O instrumento aplicado foi formulário dividido em seis blocos de investigação, com base no método dedutivo e com o objetivo da construção do artigo.

O primeiro bloco foi estruturado com perguntas objetivas e opções para resposta de múltipla escolha, visando a segmentação da amostra por sexo, faixa etária, tempo na docência, relevância da docência, exercício de outra atividade profissional e tipos de atividades acadêmicas desenvolvidas na IES.

Os demais blocos apresentam afirmativas para atribuição de grau de concordância, escala de Likert (AMARO *et al*, 2005) adaptada, com exclusão da opção intermediária correspondente a “não concordo e nem discordo ou sem opinião” (grifo nosso), como forma de induzir os respondentes a evidenciar, especificamente, concordância ou discordância. Nesse formato, o segundo bloco de afirmativas relacionou-se a ideologia pragmática na educação superior; o terceiro bloco à função da educação superior; o quarto bloco às políticas públicas atuais para educação superior; o quinto bloco ao modelo de gestão administrada adotado pelas IES; e o sexto bloco envolveu a relação entre pragmatismo e desenvolvimento humano, social e econômico.

O procedimento de coleta desenvolveu-se pela aplicação virtual dos formulários que foram enviados para o endereço eletrônico dos 53 componentes da amostra, a serem respondidos e encaminhados mediante o mesmo procedimento, num prazo de cinco dias úteis. Os formulários avaliados somaram 19 respondentes espontâneos, todos do curso de administração, o que corresponde a um percentual de resposta de aproximadamente 36% do quadro geral de docentes da referida instituição.

Após a coleta dos formulários, os dados foram tabulados utilizando planilha *windows/excel* e submetido à pré-teste com base em orientações quantitativas, que serviram de base para a apresentação dos resultados e elaboração da análise qualitativa do referido estudo de caso.

Resultados e Discussão

Mediante submissão dos dados a pré-teste, optou-se por não utilizar os fatores de segmentação na análise dos resultados, mas apenas para definir o perfil dos sujeitos investigados.

Com relação ao perfil dos docentes, verificou-se que 11 e 8 são, respectivamente, do sexo masculino e feminino. Dos quais seis docentes correspondem a faixa etária de 26 a 35 anos (31,6%), nove de 36 a 45 anos (47,4%), três de 46 a 55 anos (15,8%) e um com mais de 55 anos (5,2%). No que se refere ao tempo de atuação na docência de nível superior: 02 docentes de 01 a 03 anos (10,6%), 08 docentes de 03 a 05 (42,1%), 07 docentes de 05 a 10 (36,9%), 01 docente de 10 a 15(5,2%) e 01 docente com mais de 15 anos de atuação (5,2%). Acerca do exercício de outra atividade profissional além da docência, constatou-se que 15 docentes exercem outra atividade profissional e 04 exercem, exclusivamente, a docência. A relevância da docência como atividade profissional foi avaliada por 06 docentes como de baixa relevância e 13 docentes consideram de alta relevância em suas vidas profissionais. A maioria dos docentes, aproximadamente 64%, dedica de 70% a 100% do seu tempo de atividades acadêmicas apenas para o ensino.

Com base nos dados apresentados constatou-se que a maioria dos docentes é de média idade, estão iniciando suas carreiras acadêmicas, exercem atividades profissionais paralelas à docência, dedicam-se principalmente ao ensino e atribuem relevância elevada ao ensino nas suas vidas, o que revela contradição pelo fato de que a maioria exerce atividade profissional paralela, não dedicando-se integralmente à vida acadêmica.

Constata-se na Tabela 1 que, unanimemente, os docentes concordaram com a prioridade de um ensino superior mais racional, que possa produzir conhecimento útil ao mercado e formação de mão-de-obra qualificada. Assim como sugeriram que possa haver equilíbrio entre o caráter racional e o enfoque humano na formação superior e práxis docente. No entanto, o índice de concordância foi reduzido ao tratar o aspecto econômico da educação. Infere-se que na percepção desses docentes a ideologia pragmática pode estabelecer-se sem maior ênfase nos aspectos econômicos do ensino. Além disso, percebe-se que parece não haver clareza por parte dos docentes acerca do que seria uma orientação pragmática e/ou uma orientação humanista, visto que são abordadas como direcionamentos facilmente conciliáveis.

TABELA 1
Ideologia Pragmática

Item	Afirmativa	Média de Concordância
1	O ensino superior deve garantir a produção de conhecimento útil ao mercado.	98%
2	As instituições de Ensino Superior – IES são lugares férteis para formação de mão-de-obra qualificada.	74%
3	A educação superior deve ser concebida como investimento pelo indivíduo e, portanto, gerar o máximo de rendimento e lucro social.	79%
4	As IES, além da formação em si, função ideológica e política, devem priorizar a função econômica do ensino.	61%
5	A formação humanista, de orientação crítica e reflexiva, deve sobrepor às demandas do mercado.	64%
6	É possível às IES combinar, de maneira satisfatória, a formação humanista e a orientação para o mercado no ensino superior.	90%
7	É possível ao professor combinar em sua práxis e de maneira satisfatória, a formação humanista e a orientação para o mercado no ensino superior.	91%

Sobre a função da educação superior, os dados apresentados na Tabela 2 reforçaram a idéia de uma formação voltada para o atendimento das necessidades do mercado sem perder a capacidade crítica, reflexiva e de autodeterminação. Os docentes enfatizaram a harmonização dos interesses pragmáticos, assim como os interesses humanos. Embora quase todos concordem que as IES estejam inseguras quanto a sua função, apontaram que esse fato não implica em enfraquecimento dos seus papéis.

TABELA 2
Função da Educação Superior

Item	Afirmativa	Média de Concordância
8	As instituições de ensino superior estão inseguras quanto ao seu papel na sociedade do conhecimento.	73%
9	Com o conhecimento sendo a base do setor produtivo as IES devem atender às demandas do mercado.	86%
10	As IES devem acompanhar as mudanças sem perder a capacidade crítica, reflexiva e de autodeterminação.	97%
11	Não é suficiente uma formação que atenda, essencialmente, os aspectos práticos da vida.	84%
12	É importante que a formação superior harmonize os interesses pragmáticos e valores humanos.	93%
13	Não se pode pensar em enfraquecimento, mas sim alargamento dos papéis das IES	80%

Na Tabela 3, sobre as políticas públicas para educação, os docentes demonstraram menor concordância sobre a influência do Estado para expansão do ensino privado, assim como para a fecundidade das ações de diversificação do ensino superior. O que suscita a idéia de que esses profissionais não têm conhecimento acerca das orientações políticas e econômicas que permeiam a educação superior.

A concordância mais expressiva está relacionada à separação entre ensino e pesquisa, assim como a idéia de que a massificação é sinônima de banalização. Todavia, percebeu-se contradição no fato de concordarem que o ensino não deva permanecer elitista e, ao mesmo tempo, concordância menor em relação ao impulsionamento das políticas de massificação.

TABELA 3
Políticas Públicas

Item	Afirmativa	Média de Concordância
14	A expansão das IES privadas deve-se à reforma do Estado para o enxugamento das instituições públicas.	62%
15	O sentido sócio-político do ensino superior tem sido sobreposto pelo sentido administrativo e instrumental.	74%
16	O pragmatismo implícito nas políticas públicas de educação leva à separação entre ensino e pesquisa.	84%
17	As políticas de massificação do ensino superior devem ser impulsionadas no Brasil.	67%
18	Não é pertinente que o ensino superior do Brasil permaneça elitista.	82%
19	A economia desmaterializada (Capital Intelectual) torna o ensino superior central para as políticas econômicas.	79%
20	A massificação do ensino superior tem sido muitas vezes, sinônimo de banalização do ensino superior.	87%
21	São fecundas as políticas de diversificação do ensino superior como: ensino à distância e formação de tecnólogo.	57%
22	As políticas públicas de educação superior devem manter a diversidade nas modalidades de ensino.	79%

Em relação à gestão administrada e o caráter organizativo das IES semelhante ao das grandes empresas, dados apresentados na Tabela 4, os docentes demonstraram elevada concordância para a concepção de eficiência e eficácia, assim como o controle dos resultados aplicados ao ensino superior. A racionalidade do ensino parece ser benéfica. Entretanto, apresentam concordância menor em relação à estrutura das IES alinhadas às leis de mercado e foco em receitas e despesas. Novamente pode-se deduzir que os docentes vislumbram uma racionalidade para o ensino desvinculado do caráter econômico.

TABELA 4
Gestão Administrada das IES

Item	Afirmativa	Média de Concordância
23	As IES obtêm êxito quando estruturadas seguindo os modelos organizacionais das grandes empresas.	62%
24	É pertinente a orientação administrativa, burocrática, que alinha as IES às leis de mercado.	69%
25	O fascínio da modernização leva os gestores a se debruçarem sobre a eficácia quantitativa do ensino	75%
26	Em sendo administradas as IES tendem a reduzir seu foco à gestão de receitas e despesas.	70%
27	Os paradigmas de eficiência e eficácia devem permear o universo acadêmico.	87%
28	É fundamental o controle do produto do ensino superior através de metas e indicadores de desempenho.	87%

Os dados dispostos na Tabela 5 sugerem a concepção de um ensino atual que não tem gerado resultados desejáveis e necessários ao desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento e mundo globalizado. Destaca-se que essa dimensão avaliada apresentou as afirmativas com menores índices de concordância. A maioria dos docentes (54%) não identificou relação entre o ensino superior atual e o atendimento às demandas do mercado para o desenvolvimento sócio-econômico por meio de formação de mão-de-obra qualificada. Reforça-se a receptividade dos docentes ao modelo racional com ênfase em resultados para as IES como sendo caminho para um ensino que leve ao desenvolvimento social.

TABELA 5
Ensino leva ao desenvolvimento

Item	Afirmativa	Média de Concordância
29	O ensino superior atual tem atendido às necessidades de formação de mão-de-obra para o mercado.	46%
30	A formação superior atual contribui, decisivamente, para o desenvolvimento sócio-econômico.	60%
31	A educação superior interfere, decisivamente, para as mudanças sociais.	69%
32	O ensino superior do Brasil tem atendido às demandas da sociedade do conhecimento.	46%
33	A educação superior do Brasil tem atendido às demandas do mundo globalizado.	46%

Conclusão

Os resultados obtidos demonstram a reação dos docentes como sendo receptiva a uma educação racional, mais pragmática, baseada em metas e controle de resultados, valorizando a eficiência e eficácia do ensino superior para o desenvolvimento sócio-econômico. Valoriza uma base humanista na formação de nível superior que seja compatibilizada ao enfoque de

resultados, a produção de um conhecimento útil à qualificação de mão-de-obra e demandas do mercado, ou seja, não visualizam crise ou conflito relacionado à nova tendência pragmática aplicada pela gestão das instituições de ensino. Nesse sentido, é importante destacar que acima de todo e qualquer princípio, a educação existe pela sociedade e para a sociedade. Se esta se apresenta como moderna, racional, o ensino parece não poder recusar os caminhos da modernização. De maneira contrária aos pensamentos hegemônicos que associam racionalidade no ensino à má qualidade da formação, os docentes acreditam numa relação satisfatória entre pragmatismo e humanismo para a educação superior.

Não ficou evidenciado pelos docentes o reconhecimento da relação estreita existente entre as políticas públicas atuais, marcadas pelo modelo gerencial, e tendências de privatização que se desenvolvem na educação superior. Ressalta-se que a maioria dos pesquisados tem experiência única em instituições privadas de ensino, estando ambientados com o modelo de gestão administrada, em que as discussões políticas desenvolvem-se de maneira menos intensa que nas instituições públicas de ensino. Entretanto, os resultados suscitam a idéia de distanciamento dos docentes em relação às orientações políticas da educação, o que pode traduzir-se em certa alienação à dinâmica e contexto que condicionam os modelos aplicados pela gestão da educação superior.

Os docentes acreditam que os resultados da educação superior não têm atendido às necessidades de qualificação de mão-de-obra exigidas pelo mercado e, por isso, não identificam relação entre a formação atual e desenvolvimento sócio-econômico. Nesse sentido, essa experimentação revelou que, na concepção dos docentes, desenvolvimento está diretamente relacionado à formação de mão-de-obra qualificada. Talvez por isso, os resultados apresentem considerável importância à orientação pragmática para educação superior. Novamente os resultados contrariam as concepções que rejeitam a orientação pragmática, como o pensamento de CHAUÍ (2001) que apresenta a racionalidade pragmática como sinônima de ineficiência do ensino e empobrecimento social.

Os docentes acreditam que possa ser construída uma orientação intermediária que não despreze o valor humanista da formação de nível superior e a produção de um conhecimento descompromissado, mas que também possa gerar valor de ordem prática ao indivíduo, assim como o atendimento das necessidades sociais, de modo que haja aproximação entre os caminhos percorridos pela sociedade e os da educação. Esse posicionamento aproxima-se do pensamento de SOBRINHO(2003) na relação necessária entre as bases de conhecimento humanista e pragmático. A reação dos docentes revela receptividade à ideologia pragmática na gestão da educação superior para melhoria da formação superior, assim como para o atendimento das necessidades sociais. Contudo, foi enfatizada a possibilidade de conferir pragmatismo à educação superior sem priorizar o caráter econômico do ensino, o que se apresenta como contraditório visto que pragmatismo caminha de mãos dadas com racionalidade econômica, principalmente, em se tratando de instituições privadas de ensino com fins lucrativos. Tais posicionamentos dos docentes sugerem pouca clareza sobre contexto político e ideológico da educação superior.

A partir dessa experimentação, acredita-se ser importante conceber o contexto e estrutura da educação superior de maneira análoga a um novelo de múltiplas linhas, de cores e fios diferentes. O mais experiente sabe que esse novelo jamais será uniforme e organizado, pois a diversidade é, justamente, o que dá sentido ao universo acadêmico. O tempo, as idéias e o ambiente moldam a direção das suas pontas, mas o novelo será sempre um emaranhado de linhas, cores e fios diferentes.

Conclusivamente, mediante a identificação dos docentes com a ideologia pragmática, ausência de clareza sobre a influência política e ideológica na formação superior e anseio por um ambiente acadêmico crítico e reflexivo, acredita-se que para esses profissionais o novo não é apenas diverso, mas também pouco definido, o que se estabelece como importante desafio para gestão dessas instituições.

Referencias

AMARO, Ana *et al.* **A arte de fazer questionários**. Relatório de Metodologias de Investigação em Educação. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Cidade do Porto – PT, 2005.

BERGEN COMMUNIQUÉ. . **The European Higher Education Area – Achieving the Goals**. Conference of European Ministers Responsible for the Higher Education. The United Kingdom, Julho de 2005. Disponível em: <http://www.bologna-bergen2005.no/> Acesso em 22/06/2006.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. COGGIOLA, Oswaldo. **A crise universitária no Brasil**. São Paulo: Revista Adusp, 1998.

FRADE, Manoela in BRASIL, **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE / Ações**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/fundeb.htm>. Acesso em 06/06/2007.

GIANNOTTI, José Arthur. **A universidade em ritmo de barbárie** – 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna** – 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

JOHNSTONE, Bruce D. **The Financing and Management of Higher Education: a status reports on worldwide reforms** (The World Bank). State University of the New York at Buffalo: EUA, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Programa de Capacitação de Avaliadores do BASIS**. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Financiamento da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo**. In SILVA JR, João dos Reis *et al* (organizadores). Reforma universitária – dimensões e perspectivas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

LINHARES, Alexandre. **Educação de ontem x educação para amanhã**. São Paulo: Revista HSM *Management*, vol 1, n. 48, 2005.

MACHADO, Maria Clara in BRASIL, **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE / Ações**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/fundeb.htm>. Acesso em 06/06/2007.

MATA, Leandra Porto da. **As continuidades e as discontinuidades da educação superior no Brasil: As reformas do ensino superior no governo militar e no governo neoliberal**. Revista Trabalho Necessário, ano 3, número 3. 2005. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Leandra%20TN3.htm>. Acesso em 14/08/2007.

OTRANTO, Célia Regina. **A Reforma da educação Superior do Governo Lula: Da inspiração à implantação**. In SILVA JR, João dos Reis *et al* (organizadores). Reforma Universitária, dimensões e perspectivas. Campinas: Editora Alínea, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária** - 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SGUISSARDI, Valdemar. **O banco mundial e a educação superior: revisando teses e posições**. Revista Universidade e Sociedade – Vol. 1. n. 1. Brasília, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de ensino superior, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar (organizador). **Educação Superior – velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã Editora, 2000.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação, políticas educacionais e reformas na educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado, sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual**. A Nova Vantagem Competitiva das Empresas – 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.